

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS  
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TABATINGA  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**MARQUIZETE DA SILVA OLIVEIRA**

**A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS  
ESPECIAIS NO CONTEXTO ENSINO APRENDIZAGEM E A PRÁTICA  
DOCENTE NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA JOCIÊDES  
ANDRADE**

**Tabatinga – AM  
2017**

**MARQUIZETE DA SILVA OLIVEIRA**

**A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS  
ESPECIAIS NO CONTEXTO ENSINO APRENDIZAGEM E A PRÁTICA  
DOCENTE NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA JOCIÊDES  
ANDRADE**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC  
apresentado como requisito parcial à  
obtenção do grau de licenciada em  
Pedagogia pela Universidade do Estado  
do Amazonas.

Orientador (a): Prof. Msc. Darcimar Souza  
Rodrigues

**Tabatinga – AM  
2017**

**MARQUIZETE DA SILVA OLIVEIRA**

**A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS  
ESPECIAIS NO CONTEXTO ENSINO APRENDIZAGEM E A PRÁTICA  
DOCENTE NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA JOCIÊDES  
ANDRADE**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC  
apresentado como requisito parcial à obtenção  
do grau de licenciado (a) em Pedagogia pela  
Universidade do Estado do Amazonas.

Aprovado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015

**BANCA AVALIADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Msc. Darcimar Souza Rodrigues  
Centro de Estudos Superiores de Tabatinga

---

Prof<sup>o</sup> Rosi Meri Bukowitz Jankauskas  
Centro de Estudos Superiores de Tabatinga

---

Prof<sup>o</sup> Sebastião Rocha de Sousa  
Centro de Estudos Superiores de Tabatinga

**Tabatinga – AM  
2017**

A inclusão é mais que um modelo para a prestação de serviços de educação especial. É um novo paradigma de pensamento e de ação, no sentido de incluir todos os indivíduos em uma sociedade na qual a diversidade está se tornando mais norma do que exceção. (Stainback apud Skrtic 1999, p.31).

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho ao meu amado esposo: Sandio Bermeguy Porto, minha querida mãe Francisca Lisboa da Silva pelo estímulo e dedicação e minha irmã Vanuzete da Silva Oliveira que me inspirou quanto a escolha dessa temática.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro lugar ao meu grande Deus por me capacitar e conduzir sempre; em segundo lugar agradeço a minha querida mãe Francisca, minhas irmãs Sandra, Tessalha, Vanuzia, Vanuzete, Elizete, Elizandra, Zonaira e Adrieli que sempre estiveram ao meu lado em todos os momentos da minha trajetória de vida; ao meu amado esposo Sandio Bermeguy Porto pelo apoio incondicional, sempre ao meu lado me motivando a prosseguir; aos meus colegas de curso Maria de Fátima, Marlucia, Junio, Laynara e Marizete que muito me incentivaram e ajudaram no decorrer nessa caminhada, e de maneira muito especial a minha cunhada Samara Bermeguy Porto e meu amigo Bismark Sales que muito contribuíram para a realização deste trabalho, e também a todos os professores desta instituição que fizeram parte da minha formação acadêmica desde início.

## **LISTA DE SIGLAS**

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

IBC - Instituto de Benjamin Constant

INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC - Ministério da Educação

PEFD - Programa de Formação Docente

SEDUC - Secretaria Estadual de Educação

SEESP - Secretaria de Educação Especial

UFAM - Universidade Federal do Estado do Amazonas

## RESUMO

Este trabalho com a temática “A inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no contexto ensino aprendizagem e a prática docente na Escola Municipal Professora Jociêdes Andrade”, teve como objetivo analisar a integração dos alunos com necessidades educacionais especiais no contexto ensino aprendizagem, observando se os mesmos recebem subsídios para o desenvolvimento e convívio social. Assim como identificar os principais fatores agravantes na problemática enfrentadas pelos professores e alunos no contexto educacional especial, bem como os avanços alcançados para o trabalho com a educação especial e analisar se a comunidade escolar norteia suas ações educacionais voltadas para a educação especial baseada na legislação atual. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, qualitativa e de campo, utilizou-se o método indutivo e os instrumentos de pesquisa usados foram: questionário para professores e apoio pedagógico e observação aos discentes do segundo ano do ensino fundamental. Os resultados obtidos demonstraram que os alunos com necessidades educacionais especiais ao ingressar na escola regular a nível nacional tem enfrentado muita dificuldade em acompanhar os conteúdos de ensino em relação ao ritmo dos demais alunos ditos “normais”, e que os professores não estão “preparados” para lidar com a inclusão dos alunos no contexto do ensino regular.

**Palavras-Chave:** Inclusão. Prática docente. Ensino aprendizagem.

## RESUMEN

Este trabajo con la temática "La inclusión de los alumnos con necesidades educativas especiales en el contexto de enseñanza aprendizaje y la práctica docente en la Escuela Municipal Profesora Jociêdes Andrade", tuvo como objetivo analizar la integración de los alumnos con necesidades educativas especiales en el contexto de enseñanza aprendizaje, Se reciben subsidios para el desarrollo y la convivencia social. Así como identificar los principales factores agravantes en la problemática enfrentados por los profesores y alumnos en el contexto educativo especial, así como los avances logrados para el trabajo con la educación especial y analizar si la comunidad escolar orienta sus acciones educativas dirigidas a la educación especial basada en la legislación actual . Se trata de una investigación bibliográfica, cualitativa y de campo, se utilizó el método inductivo y los instrumentos de investigación usados fueron: cuestionario para profesores y apoyo pedagógico y observación a los alumnos del segundo año de la enseñanza fundamental. Los resultados obtenidos demostraron que los alumnos con necesidades educativas especiales al ingresar en la escuela regular a nivel nacional han enfrentado mucha dificultad en acompañar los contenidos de enseñanza en relación al ritmo de los demás alumnos dichos "normales", y que los profesores no están "preparados" Para hacer frente a la inclusión de los alumnos en el contexto de la enseñanza regular.

**Palabras clave:** Inclusión. Práctica docente. Enseñanza aprendizaje.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO I – REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>14</b>
1.1. OS ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNDO.....	14
1.2. OS ASPECTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL.....	20
1.3.O DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA.....	23
1.4. AS DEFICIÊNCIAS X PRÁTICAS DOCENTES.....	25
<b>CAPÍTULO II – METODOLOGIA.....</b>	<b>30</b>
<b>CAPÍTULO III – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>34</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>43</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>45</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>46</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>49</b>

## INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como tema “A inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no contexto ensino aprendizagem e a prática docente na Escola Municipal Professora Jociêdes Andrade”, os objetivos deste trabalho foram, analisar a integração dos alunos com necessidades educacionais especiais no contexto ensino aprendizagem, observando se os mesmos recebiam subsídios para o desenvolvimento e convívio social. Assim como identificar os fatores agravantes na problemática enfrentadas pelos professores e alunos no contexto educacional especial, bem como os avanços alcançados para o trabalho com a educação especial e analisar se a comunidade escolar norteia suas ações educacionais voltadas para a educação especial baseada na legislação atual.

A escolha do respectivo tema se deu a partir de inquietações pessoais a respeito do atendimento dado as crianças com necessidades educacionais nas escolas, uma vez que vêm à memória os tempos de infância quando a irmã da pesquisadora com necessidades especiais enfrentou muitas dificuldades, pois, a mesma não recebia na época nenhum acompanhamento especializado, a escola não oferecia condições adequadas ao seu desenvolvimento e aprendizagem, a mesma sofria bullying e até agressões por parte dos colegas e os profissionais da escola não faziam nenhuma intervenção quanto a essas ações dos alunos. Isso deixava a família muito triste, o que levou a mãe da pesquisadora a tomar uma medida radical que consistiu na retirada definitiva da criança da escola de ensino regular, privando-a do direito a educação, tudo isso temendo por sua integridade.

Por essa razão surgiu o interesse em investigar atualmente as mudanças ou avanços ocorridos no âmbito educacional voltadas para o atendimento desse público e o posicionamento dos professores e da escola como um todo, com relação a esse tipo de atenção. Deve-se observar que no campo do desenvolvimento educacional têm-se as situações do direito de inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais nas escolas que oferecem atendimento regular de ensino, que é de suma importância para que as mesmas possam ter seus direitos efetivados de fato, uma vez já garantidos por lei, porém, pouco observado. Nesse sentido, é papel social buscar conhecer e garantir a aplicação das leis que norteiam as ações no contexto educacional especial no país, principalmente professores e educadores

que todos os dias têm o contato com os diversos contextos culturais e sociais dentro da esfera educacional.

Assim é necessário pensar nos diversos paradigmas que precisam ser quebrados na sociedade, um desses paradigmas é o preconceito com relação as pessoas com necessidades especiais, portanto pensar neste tema é entrar em uma esfera marcada por lutas e conquistas de pessoas com deficiência. Motivo pelo qual é importante a realização deste trabalho que propõe estudar o contexto da inclusão deste público na comunidade escolar, uma vez da necessidade das pessoas com deficiências não deve ser vistas como alguém incapaz, mas que devem ser assistidos com especial atenção.

Nesse sentido, o trabalho com esse público educacional é bastante desafiador e carece de atenção especial por parte da comunidade escolar como um todo, daí a necessidade de investigação dos métodos, comportamentos, tratamento diferenciado e todo tipo de ação relacionado a esse tema.

Este estudo oferece contribuição para os professores acadêmicos e outras pessoas interessadas em compreender o processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no contexto ensino aprendizagem e a prática docente, pois buscou estudar o contexto educacional do ensino regular no qual estão inseridos esses alunos.

Este trabalho está pautado na linha de pesquisa Educação Especial e Inclusiva, no qual foi desenvolvida uma pesquisa de campo de caráter qualitativo e utilizou-se do método indutivo onde a mesma foi realizada com professores e alunos do 2º ano “B” do ensino fundamental do turno matutino com faixa etária de 6 a 7 anos de idade. A priori foi realizado um levantamento bibliográfico da temática em estudo, que serviu como base para responder aos objetivos e aprofundamento do tema em questão, para a coleta dos dados necessários buscou-se por meio da aplicação de questionários e das técnicas de observação no local da pesquisa para poder chegar aos resultados obtidos.

Este trabalho encontra-se organizado em três capítulos, no primeiro esta o referencial teórico onde abordaremos: Os aspectos históricos da educação especial no mundo, no Brasil e no município de Tabatinga, serão abordados ainda quanto aos aspectos legais da educação especial no Brasil e também serão discutidos como se dá o desenvolvimento da aprendizagem da criança com deficiência e como o professor deve se comportar ante esse desenvolvimento e quais práticas devem

ser adotadas pelo docente, tomando como base os teóricos especialistas no assunto.

No segundo capítulo esta a metodologia onde estarão expostos de maneira bem detalhada os procedimentos metodológicos utilizados para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, quanto a linha de pesquisa, abordagem e procedimentos adotados durante a realização da pesquisa no local escolhido.

No terceiro capítulo apresentaremos as discussões e resultados dos dados coletados durante a realização da pesquisa de campo que consistiu na observação dentro do contexto da sala de aula e aplicação de questionários para as professoras e o apoio pedagógico.

Nas considerações finais apresentaremos o posicionamento da pesquisadora a respeito dos objetivos alcançados, e sugestões de procedimentos a serem observados de modo a fazer contribuições ao processo de ensino aprendizagem das pessoas com necessidades educacionais especiais. E por fim as referências bibliográficas utilizadas para a realização deste trabalho.

## **CAPITULO I - REFERENCIAL TEÓRICO**

### **1.1. OS ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNDO**

A educação especial ao longo do tempo passou por vários avanços, mas também retrocessos, pois, após tantas conquistas e barreiras aparentemente vencidas ainda não conseguimos contemplar e garantir o acesso de pessoas com necessidades especiais nos contextos educacionais. Existe uma demanda muito grande para ser atendida e notavelmente uma carência de vagas. Além desses fatores também existe o preconceito a ser vencido, às vezes por parte da sociedade que reconhece essa pessoa com deficiência, mas não o recebe de forma que o mesmo se sinta incluído e parte ativa da sociedade.

A questão da deficiência e dos debates sobre a Educação Especial não é novidade para as sociedades, vale ressaltar que houve um longo processo até chegarmos as leis constitucionais existentes na atualidade. Nas épocas mais distantes da atualidade, as pessoas com deficiências foram consideradas de diferentes maneiras. Nas tribos primitivas como afirma Andrade (2007 p.1):

As próprias atividades e o deslocamento de um lugar para o outro faziam com que, na maioria das vezes, os deficientes fossem abandonados, expostos em rios, florestas ou desertos, pois não serviam para produzir ou guerrear, comportamento que, na época, não representava um problema de natureza ética ou moral.

Em algumas culturas as pessoas com alguma deficiência eram vistas como monstros, bruxos e outros. Muitos diziam que as doenças e deficiência mentais e físicas eram provocadas por espíritos malignos ou pecados cometidos em vidas passadas, como argumenta Fonseca (1995, p.8):

Nos séculos XVI e XVII, a mitologia, o espiritismo e a bruxaria dominaram e afetaram a visão da deficiência, de onde decorreram julgamentos morais, perseguições, encarcerações, etc. Em suma, meios claramente demonstrativos de valores de ordem social e de controle social.

Foi a partir desses mesmos séculos (XVI e XVII) é que foram realizadas importantes descobertas no âmbito da medicina o que contribui de maneira significativa para que se compreendessem determinados fatores que possivelmente levavam a tais deficiências.

Com o surgimento do Movimento Renascentista, as pessoas que apresentavam algum tipo de deficiência eram privadas do contexto social e colocadas em instituições existentes na época como asilos, hospitais psiquiátricos entre outras porém, tais instituições não ofereciam condições adequadas para esse tipo de atendimento. Andrade (2007, p17) afirma que: “Vários estudos mostram que realmente a maioria das instituições era e ainda é inadequada, ineficiente para realizar aquilo que se propõe a fazer, isto é, favorecer a preparação ou a recuperação das pessoas deficientes para a vida em sociedade”.

Foi na França que Jean Paul Bonet no ano de 1620 escreve o primeiro livro falando a respeito da educação de pessoas com deficiência “Redação das Letras e a arte de ensinar os mudos a falar”, e em Paris foi fundada por Charles Eppié a primeira instituição educacional para ensinar surdos-mudos, mais tarde, precisamente em no ano de 1776 publica ainda a obra “A verdadeira maneira de instruir os surdos-mudos”.

A educação de deficientes iniciou na França, e era um ensino voltado para a instrução de deficientes visuais no chamado Institut Nationale des Jeunes Aveugles, por intermédio do fundador Valentin Haüy, para ensinar os alunos utilizava-se letras em relevo para facilitar a identificação das letras melhorando a aprendizagem do mesmo. Esse código durou pouco tempo, pois no ano de 1824, o jovem cego Louis Braille, de nacionalidade francesa fez adaptações do código de Barbier criando o método bastante conhecido o Braille que é baseado em seis pontos em relevo que permiti realizar sessenta e três combinações. É até hoje considerado o método mais eficiente para alfabetizar cegos.

No Brasil a educação especial iniciou em 1854 e assim como na França iniciou-se dando ênfase a educação para meninos deficientes visuais, isso foi possível graça a um decreto imperial determinado por D. Pedro que fundou no Rio de Janeiro algumas instituições como Imperial Instituto de Meninos Cegos conhecido hoje como Instituto de Benjamin Constant (IBC) e, o Imperial Instituto de Surdos-mudos, que agora tem o nome de Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Em 1960 deu-se início a um grande movimento em defesa da inserção dos indivíduos com necessidades especiais na sociedade, esse movimento visava o convívio dos mesmos cotidianamente bem, usufruindo das mesmas condições de vida social que a dos demais cidadãos comuns. Pois de acordo com Andrade

“entendia-se que a sociedade tinha de reorganiza-se por meio de serviços e de recursos que pudesse favorecer a integração desses indivíduos”. (2007, p.20).

Outro fator é a visão da família com relação à inclusão desses indivíduos nas esferas sociais, pois existe uma gama de preconceito impregnado desde os primórdios da existência humana. Os pais de crianças com necessidades especiais também fizeram seu movimento em 1950, em defesa dos direitos de seus filhos o que resultou na criação de instituições como as APAEs e Pestalozzis até hoje existentes no Brasil.

A partir de 1981, ano considerado como o Ano Internacional da Pessoa Deficiente, onde a sociedade passa a exigir das autoridades que se faça valer os direitos dos cidadãos com deficiência a uma Educação Especial que atenta às suas necessidades essenciais como cidadãos conhecedores de seus direitos e deveres perante a sociedade como todo e qualquer cidadão de bem.

“Uma das situações mais críticas da vida do deficiente é a entrada na escola, isto é, a rotura entre o desenvolvimento familiar e o envolvimento social. Daí a importância de a entrada na escola ser prevista o mais cedo possível”. (FONSECA, 1995, p. 10).

Nesse sentido é de extrema importância a participação também da família no processo de aprendizagem da criança com necessidades educacionais especiais para que as mesmas possam ter um desenvolvimento bastante satisfatório em todos os aspectos, pode-se afirmar que a família estando presente nesse processo trará maior segurança para os mesmos ao longo de sua aprendizagem escolar.

EM 1946 foi criado no estado do Amazonas pelo Dr. André Araújo o Instituto Motessoriano, a partir de então as pessoas com deficiência passaram a ser atendidas, mas, somente na década de 70 é que deu-se início a especialização de professores da rede estadual através da Secretaria Estadual de Educação do Amazonas em parceria com o ministério da Educação por meio de cursos ofertados no Rio de Janeiro. Essa ação possibilitou a criação de classes especiais nas escolas da rede pública direcionadas ao atendimento de crianças com deficiências. Segundo Andrade (2007 p, 22):

As três Classes Especiais implantadas como experiência piloto significaram o marco inicial na escolarização de pessoas que estavam, até aquela época, à margem da escola, sem nenhuma oportunidade de desenvolverem suas potencialidades.

Tal ação deu muito certo que houve um crescimento bastante significativo da demanda em pouco tempo, em resposta a esse crescimento foram implantadas algumas instituições não governamentais como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (Manaus, em 1976) e o Centro Especial “Helena Antipoff”, da Sociedade Pestalozzi do Amazonas (em 1979), para o atendimento específico dos deficientes mentais, entre outras deficiências. A demanda continuou a crescer mais e mais, com isso foi necessária à criação da Coordenação de Programas de Assistência ao Educando Especial, para que dessa forma pudesse haver uma melhor organização e atendimento especializado desse público alvo, e também as Escolas Especiais, por meio do decreto n. 6.331, de 13 de maio de 1982.

A partir de 1988 com a criação da nova Constituição do Brasil no art.208 que é regulamentado o ingresso da pessoa com deficiente na rede regular de ensino com a garantia da oferta de atendimento educacional especializado para os mesmos. Com o advento da implantação da proposta de inclusão, novas mudanças foram ocorrendo dentro desse âmbito educacional, no ano de 2003 mais da metade das Classes Especiais tiveram suas atividades interrompidas pelo fato dos alunos serem encaminhados as classes regulares de ensino.

No interior do estado esse atendimento as pessoas com deficiência apesar de existirem muitas barreiras a serem vencidas, ainda continuava sendo realizado através das Classes Especiais e em alguns desses municípios contavam ainda com as Salas de Recursos por meio de parcerias entre a SEDUC e as instituições não governamentais existente nos municípios.

Já foi visto anteriormente o longo processo para a implantação das leis e os avanços rumo à educação inclusiva, interessante ratificar que:

A educação inclusiva cresceu se fortaleceu mundialmente, tanto como teoria quanto prática, e se expandiu em direção ao movimento em defesa da educação de qualidades para todos, principalmente para aqueles que estão frequentemente sob o risco de exclusão educacional. (RODRIGUES, 2006. p. 223).

A Educação Especial no município de Tabatinga, segundo os relatos da professora Claudete Alves Góes, atual coordenadora da Educação Especial do município teve seu início no ano de 1995, tal fato se deu a partir da disponibilização de um minicurso oferecido pela Secretaria Estadual de Educação -SEDUC, na ocasião foi enviada para Tabatinga uma professora para que pudesse ministrar o

minicurso disponível a todos os professores da rede municipal e estadual que estivessem interessados em participar mas, poucos foram os que se dispuseram.

O minicurso teve a duração de apenas três dias, onde foram tratadas questões básicas de forma bastante superficial a respeito dos direitos das pessoas com deficiência a educação, assegurados na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional - LDB nº 5.692/71 que previa um atendimento diferenciado as pessoas com deficiência, porém, o enfoque estava apenas em promover uma integração social dos mesmos e não a integração escolar.

No município de Tabatinga, como em outras partes do mundo, a educação especial começou de forma bastante precária com poucas salas de aula disponíveis destinadas exclusivamente ao atendimento de pessoas com necessidades especiais, eram as chamadas classes especiais, que atendiam pessoas com os mais variados tipos de deficiência.

Esse atendimento se dava em escolas da rede pública do município em salas inadequadas que não ofereciam as condições favoráveis ao desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, pois se tratavam de salas pequenas sem ventilação e iluminação adequadas, os professores não dispunham de muitos recursos para a realização de seu trabalho, uma vez que os mesmos não recebiam o apoio necessário das autoridades competentes do município e muito menos do estado e também não contavam com a assistência de profissionais qualificados para uma atuação conjunta essencial na realização deste tipo de atendimento.

Ainda segundo os relatos da coordenadora da Educação Especial, professora Claudete Alves Góes, no ano de 1996 as professoras que participaram do minicurso acima citado realizaram uma busca ativa nas escolas do município procurando pessoas que tivessem um familiar ou conhecessem pessoas com algum tipo de deficiência que as famílias fossem avisadas para que pudessem matricula-los nessas classes especiais. Ela diz que:

“Não há como negar que foi uma experiência muito boa, pois se tratava de pessoas que não tinham convívio social, as famílias as escondiam com medo ou vergonha do preconceito, porém negativa pelo fato de: Não haver nenhum processo para formação das turmas, apenas as famílias chegavam à escola e tinham seus especiais matriculados; Eram várias as deficiências, alunos de todas as idades (faixa etária de 7 a 28 anos); Não havia nenhum trabalho voltado para a descoberta de habilidades; Apenas a leitura, a escrita e os cálculos matemáticos eram considerados como aprendizado; Cada turma tinha em média de 15 a 20 alunos, formada apenas por alunos com deficiência (eram as classes especiais); Falta de estrutura física

adequada, pois uma das salas de aula era um depósito que fora desocupado para o atendimento aos alunos”, (GÓES 2016).

Foi dessa forma que se deu o atendimento nas classes especiais do município por um curto período de tempo, após um ano de funcionamento, foi disponibilizado um curso de formação a distância sobre Educação Especial, na ocasião formou-se uma turma de professores para participar dessa formação, através do programa “Um Salto para o Futuro”, que por sua vez era transmitido pela TV Escola, os professores se reuniram em uma das escolas onde foi criado um tele posto, com a autorização dos gestores municipais, para que os mesmos pudessem ter acesso a informações muito importantes necessárias para o enriquecimento e desenvolvimento do seu trabalho.

Embora as professoras estivessem bastante comprometidas e se empenhassem para dar continuidade a esse trabalho, não havia nenhum assessoramento ou acompanhamento especializado, com profissionais habilitados que oferecessem suporte ao trabalho das mesmas, a gestão municipal também não oferecia apoio algum. Dessa forma com as condições precárias as professoras não tiveram como prosseguir realizando o atendimento desenvolvido nas classes especiais e os trabalhos tiveram que ser suspensos por um bom tempo.

Somente no ano 2000 com a chegada da Universidade Federal do Estado do Amazonas – UFAM por meio do Programa de Formação Docente – PEFD. Surgiu a oportunidade que as referidas professores precisavam para se formar no curso de pedagogia, na oportunidade as mesmas montaram uma equipe para a elaboração de um projeto referente a criação de um centro integrado de educação especial na cidade, o mesmo foi enviado a Secretaria de Educação de Tabatinga para ser estudado pelas autoridades municipais, o referido projeto foi de suma importância pois, foi o pontapé inicial que culminou na criação do Centro Integrado de Educação Especial Professora Esmeralda Aparício Negreiros

As atividades do centro iniciaram no ano de 2004 com o apoio das autoridades vigentes e contava ainda com o apoio e direção de uma equipe de profissionais multidisciplinar da cidade colombiana de Letícia, essa equipe contava com psicólogo, psicopedagogo, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, terapeuta vocacional e professores, essa parceria foi formada para que os professores do município de Tabatinga pudessem ser capacitados para atuar nesse campo.

## 1.2. OS ASPECTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL.

O preconceito existente na sociedade é um problema que afeta diretamente e de maneira bastante negativa a vida de uma parcela significativa da população com necessidades especiais, fazendo com que as mesmas percam a oportunidade de ter uma vida social satisfatória, de estudar entre outras atividades que contribuam para seu desenvolvimento, uma vez que essa situação constrange à essas pessoas desrespeitando os direitos legais constituídos.

A questão da educação especial é marcada por lutas e preconceitos, pois nas épocas mais remotas as pessoas portadoras de deficiências não estavam inseridas em nenhuma das instituições de ensino. Ao longo dos anos esses indivíduos foram inseridos na mesma escola com as pessoas “ditas normais”. Todavia, estavam em salas separadas para não atrapalhar o processo de ensino aprendizagem dos outros alunos, a chamada integração. Pereira *et al* (2012, p. 11) apud Sasaki (1997) relata a fase da exclusão o período que as pessoas com deficiências eram ignoradas, rejeitadas, perseguidas e exploradas, pois não havia nenhuma forma de atenção educacional a essas pessoas.

Hoje chegamos à era da inclusão onde as pessoas com necessidades especiais estão na mesma escola e na mesma sala. Tal fato é garantido por leis. Segundo Santos (1995) é preciso que tenhamos o direito de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional Nº. 9.394/96 reafirma-se o direito a educação pública e gratuita para as pessoas com necessidades especiais. De acordo com Rodrigues (2006, p. 43);

Art. 2º Parágrafo Único- da Resolução 99/7-CEE/AM, É dever constitucional do Estado a oferta de Educação Especial, tendo início na faixa etária de 0 a 6 anos, durante a Educação Infantil, nas creches e pré-escolas, assegurando-lhes os serviços de Educação Especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado (apud ANDRADE 2007, p.125).

O estado deve garantir aos educadores formação adequada tendo em vista um atendimento especial necessário a todos os alunos e principalmente os que são portadores de necessidades especiais, como determina a Constituição Federal, e

ainda ao que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional na Lei nº 8.069/90, MEC; SEESP, (2001, p.11) que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, entre outras determinações estabelece, no inciso 1º do Artigo 2º: “A criança e o adolescente portadores de deficiência receberão atendimento especializado”. Consta ainda na Constituição Federal no Artigo 5º que ordena:

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (MEC; SEESP, 2001. p12).

O órgão responsável por gerenciar a questão da Educação Especial no Brasil é o Ministério da Educação juntamente com a Secretaria de Educação Especial (SEESP), a mesma foi criada por meio de decreto n. 8.490, de 19.11.92, que diz o seguinte:

Compete à SEESP coordenar a elaboração da política da Educação Especial no país; estimular supervisionar e fomentar sua implementação, garantindo assistência técnica e financeira para a sua implementação, ficando a cargo de instituições federais, estaduais, municipais e particulares a responsabilidade pelo desenvolvimento das atividades educacionais, desde a estimulação precoce até a pós-graduação. (ANDRADE 2007, p. 31).

É importante ressaltar ainda que não é só o professor que tem papel importante no processo de ensino e aprendizagem do aluno, mas sim todo o corpo docente de estar envolvido como argumentam Stainback e Stainback, (1999, p. 217) “os professores e os diretores têm papéis designados como mediadores do ambiente de ensino e como líderes educacionais”.

Para tanto se torna imprescindível que os mesmos tenham consciência desse papel exercido por eles dentro da sala de aula e que busquem cada vez mais estarem preparados para atuar de forma eficiente dentro do contexto ensino aprendizagem com alunos com deficiência buscando meios de atender as suas necessidades de forma eficiente.

Um ponto relevante nesse processo educacional é a formação dos professores tendo em vista o reconhecimento do mesmo em relação ao papel que ele deve exercer dentro da educação especial, de acordo com Silva e Trevisan apud Gasparetto et al.(2001):

Conclui-se: que a ausência de uma estrutura adequada e o desconhecimento dos professores aos procedimentos adaptativos necessários ao aluno com visão subnormal, podem gerar conflitos no programa educacional, ou seja, o desenvolvimento das potencialidades do aluno poderá ficar prejudicado. (2011.p, 141).

A Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade ocorrida em Salamanca (Espanha 1994) fez com que o Brasil tomasse a decisão de construir um Sistema Educacional Inclusivo a partir de documentos produzidos na conferência que diz:

[...] Todas as crianças, de ambos os sexos, tem direito fundamental a educação e que a ela deva ser dada a oportunidade de obter e manter nível aceitável de conhecimento;  
Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprios;  
Os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenham em vista toda gama dessas diferentes características e necessidades;  
As pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas comuns que deverão integra-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades;[...] (MEC; SEESP, 2001).

Assim, dentro dessa perspectiva, segundo documento produzido pela Secretaria de Educação Especial do MEC, (Brasil, 1998, p.33) é recomendado que sejam inseridas disciplinas relacionadas a educação especial que atenda às necessidades de pessoas com necessidades educacionais especiais nos respectivos cursos: magistério, pedagogia e licenciaturas).

Sendo assim, é preciso conscientizar a comunidade, pais, alunos e professores, no sentido de saber que esses indivíduos são capazes de criar, construir e surpreender. Deste modo, Fonseca (1995, p. 203) argumenta que:

[...] a criança deficiente é intrinsecamente uma criança cuja natureza deve ser respeitada. O conjunto de suas características de aprendizagem deve ser criteriosa e profundamente estudado, a fim de adequar o ensino as suas capacidades potenciais [...].

Tomando como base a LDB é interessante frisar que é necessário que se faça todo um planejamento tendo em vista as reais necessidades educacionais, culturais e sociais a serem supridas para que dessa forma a educação inclusiva venha ser de fato efetivada.

### **1.3. O DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA.**

Após muitas lutas para se conquistar os direitos das crianças com deficiência a uma educação de qualidade, apesar de tantos direitos já conquistados ainda há muito que ser feito quanto à questão da qualidade da atenção que essas crianças recebem por parte dos professores dentro da sala de aula. Dessa forma têm se buscado alternativas visando melhorar cada vez mais essa nova forma de educação, sendo assim pode se dizer que:

Por Educação Especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das competências dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da Educação Básica( GLAT E BLANCO apud BRASIL, 2001, p.39).

Mesmo com todas essas instruções, existem inúmeras crianças sendo menosprezadas esquecidas no canto da sala de aula por apresentarem alguma dificuldade de aprendizagem em relação aos demais colegas da turma e por não receber a devida atenção que lhe é de direito.

Para que haja um desenvolvimento satisfatório do aluno com deficiência o mesmo precisa sentir-se acolhido tanto pelo professor quanto pelos demais colegas da turma, mas, para que isso ocorra é necessário todo um processo de adaptação ao ambiente escolar e, sobretudo, o professor precisa verificar a melhor forma de como deverá conduzir esse relação e principalmente, como mediar esse ensino de modo a facilitar o desenvolvimento e aprendizagem desses alunos aplicando atividades de uma forma mais pausada para que o mesmo consiga desenvolvê-las sem que seja pressionado a fazer a atividade ao mesmo tempo que os outros alunos que não apresentam deficiências:

Outro ponto relevante é que a escola deve matricular os alunos portadores de deficiência nas classes correspondente a sua idade cronológica, para que construam, ainda que em defasagem mental, uma idade sócia. A convivência com colegas da mesma faixa etária possibilita ao portador de deficiência a inserção em um grupo social que lhe é próprio (RAMOS 2008, p.14).

A flexibilidade curricular é um fator essencial, indispensável no contexto da Educação Especial, uma vez que se deve levar em consideração inúmeros fatores dentre os quais é possível destacar o fato de que todo e qualquer aluno com deficiência ou não poderá apresentar alguma dificuldade de aprendizagem em um determinado momento e que cada um tem suas particularidades e aprende de forma diferente uns dos outros. Desse modo o professor precisa conhecer e está atento as limitações que seus alunos apresentam para que o mesmo possa auxiliá-los de forma correta. Nesse caso, Mantoan e Prieto (2006, p.40) defendem que:

As limitações dos sujeitos devem ser consideradas apenas como uma informação sobre eles que, assim, não podem ser desprezada na elaboração dos planejamentos de ensino. A ênfase deve recair sobre a identificação de suas possibilidades, culminando com a construção de alternativas para garantir condições favoráveis à sua autonomia escolar e social, enfim, para que se tornem cidadãos de iguais direitos.

Para que haja um desenvolvimento e aprendizagem satisfatório de alunos com necessidades educacionais especiais faz-se necessário ainda a realização de algumas adaptações nos currículos das escolas que atendem a esse público para que possam oferecer uma assistência de forma adequada, com o intuito de que todos aprendam e se desenvolvam significativamente dentro daquilo que é possível de acordo as suas capacidades:

Essa mudança de olhar é decisiva, pois ao considerar que as necessidades educacionais especiais se encontram na relação entre o processo de aprendizagem do aluno e a proposta curricular desviamos o foco de atenção, anteriormente centrado nas dificuldades do aluno, direcionando-o para as respostas educacionais que a escola precisa lhe proporcionar. (GLAT 2009, p.29).

Independente das adversidades apresentadas por alunos com deficiência os mesmos tem a capacidade de aprender da mesma forma que os demais, só precisam receber uma atenção maior e ser estimuladas positivamente por parte dos professores da sala de aula que deveram utilizar recursos e estratégias diferenciadas com o objetivo de que o mesmo venha a interagir com os demais colegas dentro do ambiente escolar e desse modo todos consigam se desenvolver e atingir aos objetivos propostos, tudo isso é possível dentro da construção de uma relação de convivência e respeito mútuo. Stainback (1999, p.30) considera que:

As pessoas com deficiência necessitam de instruções, de instrumentos, de técnicas e de equipamentos especializados. Todo este apoio para alunos e professores deve ser integrado - e associado – a uma reestruturação das escolas e das classes. Os apoios devem ser *centrais* e não periféricos, à educação regular. Dessa maneira, ao benefícios do ensino inclusivo podem atingir todos os alunos, professores e a sociedade em geral.

É de suma importância a valorização do desenvolvimento social do aluno com necessidades educacionais especiais, pois esse é o primeiro passo para que o referido aluno consiga adquirir segurança e permitir que as demais áreas do desenvolvimento possam também ser trabalhadas.

Seguindo essa mesma linha de pensamento é possível dizer que a sociedade atual precisa romper com algumas concepções ultrapassadas a respeito daquilo que se considera como inadequado ou intolerável, Stainback (apud SKRTIC), considera a inclusão da seguinte maneira:

A inclusão é mais que um modelo para a prestação de serviços de educação especial. É um novo paradigma de pensamento e de ação, no sentido de incluir todos os indivíduos em uma sociedade na qual a diversidade está se tornando mais norma do que exceção. (1999, p.31).

A escola precisa ter uma equipe pedagogicamente e psicologicamente preparada para atuar nas diferentes situações do cotidiano escolar. Tendo ciência de que essa esfera é dinâmica e muito complexa. É necessário criar um contexto onde à diferença e os limites de cada um sejam respeitados.

#### **1.4. AS DEFICIÊNCIAS X PRÁTICAS DOCENTES**

Pode-se dizer que existe um campo muito amplo que ao mesmo tempo em que avança também regressa, uma vez que as políticas públicas de educação precisam realmente alcançar a esses indivíduos conforme suas realidades. Claro que isso não é um processo fácil, todavia o compromisso e empenho por parte dos órgãos competentes pode mudar esse cenário. “Sem dúvida, a escola inclusiva é aquela que pode realizar a “cidadania do nós”, romper-se com a desigualdade e com o preconceito”. (SILVA E VIZIM, 2001, p. 26)

Atualmente são levantadas inúmeras questões a respeito da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais nas escolas comuns, o que

torna evidente o grande desafio a serem vencidos pela educação brasileira, no sentido de ofertar as condições apropriadas que venham a contribuir para o melhoramento dentro dessa questão.

Algumas escolas públicas e particulares já adotaram ações nesse sentido, ao proporem mudanças na sua organização pedagógica, de modo a reconhecer e valorizar as diferenças, sem discriminar os alunos nem segregá-los. Apesar das resistências, cresce a adesão de redes de ensino, de escolas e de professores, de pais e de instituições dedicadas à inclusão de pessoas com deficiência, o que denota o efeito dessas experiências e, ao mesmo tempo motiva questionamentos. (MANTOAM, 2006, p. 15 e16).

Mas do que promover o ingresso de pessoas com deficiências, as escolas precisam estar preparadas para realizar com qualidade esse atendimento disponibilizando pessoal qualificado que estejam habilitados para atuar nessa área, pois, sabe-se que para se obter êxito na vida de qualquer pessoa depende em grande parte do grau de instrução formal que ela recebe independente de ter deficiência ou não, porém a pessoa com deficiência tem uma necessidade maior de um acompanhamento mais próximo.

Vários são os casos de alunos que alcançaram sucesso na vida acadêmica, desde que lhes sejam oferecidas condições favoráveis ao seu desenvolvimento, principalmente se a metodologia utilizada levar em conta seu ritmo próprio de aprender (geralmente mais lento que os demais), e se a forma de avaliar for real, no sentido de levantar as possibilidades de cada aluno e propiciar o apoio necessário. (ANDRADE 2007, p.58).

Para que o professor possa realizar um trabalho diferenciado com seus alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, ele precisa além de estar bem preparado profissionalmente, formar vínculos afetivos logo no primeiro momento e conquistar a confiança do aluno e também da família dos mesmos fazendo com que eles participem desse processo de desenvolvimento e aprendizagem acompanhando mais de perto como se dá toda essa ação.

A sala de aula deve ser um ambiente acolhedor onde o aluno sinta-se bem de fazer parte daquele meio e motivado a aprender mais. “Habilidades como atenção, memória, percepções são importantes para a aprendizagem, desde que o ensino seja significativo para o aluno. Evidencia-se, pois que a motivação é fundamental para garantir a aprendizagem” (GLAT, 2009, p.73).

Antes de qualquer tomada de decisão quanto a metodologia a ser aplicada, é fundamental que o professor faça um diagnóstico prévio do comportamento do aluno diante do que lhe é proposto, é necessário verificar suas reais dificuldades de aprendizagem para a partir daí optar por quais metodologias melhor se adequam a essas necessidade verificadas criteriosamente. No entanto essa responsabilidade de oferecer um ambiente de qualidade que favoreça a aprendizagem do aluno não é só do professor, todo o sistema educacional precisa estar comprometido com esse processo. Nesse sentido Glat (2009, p. 77), defende que:

Oferecer condições para favorecer a aprendizagem destes alunos é responsabilidade de todo o sistema educacional – não só de um professor gerente da turma. Neste sentido, muitas mudanças devem ser feitas, com urgência, a começar pelos programas de formação de professores que raramente discutem essas questões.

Um professor bem preparado fara bom uso de suas habilidades com competência para auxiliar seus alunos no sentido de melhorar seu desempenho dentro e fora da sala de aula utilizando estratégias e recursos que lhes são disponibilizados. Ainda seguindo a linha de raciocino da autora Glat é possível defender que os alunos com necessidades educacionais especiais tem o direito de:

Dispor, por exemplo, de local alternativos para provas ou trabalhos que demandem maior concentração, com um tempo maior para sua execução [...] é importante que se veja que suas necessidades são diferenciadas e que não se está propondo que estudem ou aprendam menos, apenas que se façam adaptações na forma de realização dessas atividades. (2009, p.77)

Um outro ponto bastante relevante a ser observado é o fato de que o professor passa a ser visto como um modelo para seus alunos, sendo assim o mesmo precisa ter bastante cuidado com suas atitudes tomadas diante deles, pois seus alunos poderão reproduzi-las. Atividades em grupo são muito importantes para desenvolver o senso de colaboração e respeito às limitações dos outros valorizando o convívio em comunidade onde um ajuda o outro, uma opção ideal para se trabalhar dentro dessa questão seriam os jogos. No entanto todo esse trabalho deverá ser realizado mediante um planejamento bem estruturado com regras claras pré-estabelecidas, Segundo Andrade (apud CAMPOS, 2007, p.60):

O professor, como referência para a criança na escola, precisa organizar a rotina e, conforme Campos, esta representa uma sequência de atividades que favorece a orientação espaço-temporal do aluno na escola, ou seja, situa-o nas ações desenvolvidas no dia-a-dia.

O professor que deseja atuar no contexto da educação inclusiva que anseia desenvolver de forma eficiente seu papel precisa desenvolver habilidades e conhecimentos durante seu processo de formação que estão além dos conhecimentos didáticos, é claro que muitas dessas habilidades e conhecimentos o mesmo irá adquirindo ao longo da sua atuação profissional dentro da sala de aula. Dentre esses conhecimentos que devem ser construídos são mencionados por Rodrigues apud (formação *de professores para educação inclusiva/integradora*, MEC/SEESP, 1998):

Mecanismos funcionais de cognição das pessoas com deficiência; Consciência de suas próprias condições, conhecimentos pedagógicos e metacognitivos; Desenvolvimento da capacidade de auto-regular e de tomar consciência das etapas do processo de ensino-aprendizagem; Coerência entre sua maneira de ser e ensinar, entre teoria e prática; Capacidade de ministrar aulas sobre um mesmo conteúdo curricular a alunos de diferentes níveis de compreensão e desempenho acadêmico; Respeito ao ritmo de aprendizagem de cada aluno; Utilização flexível dos instrumentos de avaliação de desempenho escolar, adequando-o às necessidades dos alunos. (2006, p.177)

Desse modo surge por parte dos professores que atuam ou pretendem atuar nessa área a preocupação em fazer uma análise mais detalhada a respeito de suas metodologias e dos conceitos que se tinha anteriormente. Dentro desse processo todo, a escola também tem uma responsabilidade muito grande que é a de oferecer um ambiente que esteja dentro dos padrões inclusivos de atendimento que possa abranger a todas as necessidades educacionais dos alunos. Segundo afirma Andrade (2007, p. 103):

A partir do momento em que a escola adota como compromisso o respeito à diversidade e às diferenças individuais, adaptando o seu currículo, modificando os recursos metodológicos e do meio, estará vencendo um grande desafio, induzindo os professores a aprender e crescer como pessoa, buscando compreender e ajudar o outro.

Assim como a sociedade evolui sempre em busca do melhor, assim também, a educação precisa cada vez mais ser melhorada, principalmente nas questões que envolvem o respeito e o atendimento de qualidade as pessoas com

necessidades especiais, pois se entende que todos somos diferentes, que aprendemos de forma diferente das demais pessoas e para tanto se faz necessário um atendimento diferenciado.

## **CAPITULO II – METODOLOGIA**

Neste tópico são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa. A mesma encontra-se embasada na linha de pesquisa Educação Especial e Inclusão, através da qual buscou esclarecer as questões relevantes dentro do contexto educacional especial oferecido aos alunos com necessidades educacionais especiais da Escola Municipal Professora Jociêdes Andrade da rede de ensino regular do Município de Tabatinga no que diz respeito à inclusão desses alunos.

A escola está localizada na Avenida da Amizade s/n Centro, zona urbana do município de Tabatinga, a mesma foi inaugurada no dia 28 de dezembro do ano de 1992. O nome da Escola Municipal Jociêdes Andrade é uma homenagem à professora da rede Estadual de Ensino, que em 1992 atuava como Subsecretária Municipal de Educação no município de Tabatinga, a qual foi vítima de acidente de trânsito na Avenida da Amizade, aos 28 anos de idade.

As atividades escolares iniciaram em 05 de março de 1993 com a Educação Básica, Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries, autorizado legalmente para funcionamento através do decreto nº. 078 A de 05 de março de 1993, somente no ano 2000 a oferta da modalidade de ensino, Educação de Jovens e Adultos – (EJA) – 1º e 2º segmentos de Ensino Fundamental teve início no período noturno. A escola atende uma demanda de (1.281) alunos distribuídos nos três turnos. (PPP da Escola 2017).

Compreendendo a relevância desta fase para a realização de uma pesquisa Figueiredo & Souza (2008) afirma que “a metodologia cuida dos caminhos, dos procedimentos e das formas de fazer ciência. É uma preocupação instrumental na construção do saber”.

Desse modo para a realização de uma pesquisa é importante a coleta de dados estatísticos que contribuíssem para responder aos objetivos propostos na pesquisa. Com o intuito de conhecer a realidade da Educação Especial na escola da rede municipal de Tabatinga Professora Jociêdes Andrade.

Foi realizado um levantamento bibliográfico da temática em estudo, que serviu como base para responder os objetivos e aprofundamento do tema em questão. Para Silva (2005, p. 40):

Toda e qualquer tipo de pesquisa necessita desta etapa para fortalecer o conhecimento sobre o tema de investigação. Esse levantamento bibliográfico pode ser tanto de fontes escritas, como jornais, revistas, livros, como de fontes orais: rádio, filmes, programas de televisão, vídeos documentados, conferências.

Portanto, foram selecionadas bibliografias que abordaram sobre a temática estudada, assim como, utilizou-se de pesquisa na internet para ampliar e complementar o conhecimento, no que tange a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino.

Dessa forma, o presente trabalho apresenta também um caráter qualitativo possibilitando uma análise mais aprofundada dos fatos ocorridos dentro do ambiente escolar a partir do contato mais próximo com o universo da pesquisa. Desse modo Prodanov e Freitas (2013, p.128) consideram que: “o ambiente natural é fonte direta para coleta de dados, interpretação de fenômenos e atribuição de significados”. Sem esse contato mais próximo com o objeto de pesquisa a coleta de dados exatos se torna mais dificultoso, percebe-se o ambiente escolar é bastante dinâmico, e as situações são bastante diversas no dia a dia por essa torna-se de fundamental importância que se mergulhar no ambiente investigado. Nesse sentido Deslamder (1994, p.21 e 22) considera que:

[...] a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis.

No que diz respeito ao método de estudo adotado para um melhor direcionamento a presente pesquisa utilizou-se do método indutivo, que segundo Matias-Pereira (2012 p, 36) “Esse método considera que o conhecimento é fundamental na experiência, não levando em conta princípios preestabelecidos .No raciocínio indutivo a generalização deriva de observações de caso da realidade concreta”.

Nesse sentido o método é de fundamental importância para que a pesquisa pudesse ser desenvolvida de forma efetiva levando em conta as problemáticas encontradas dentro do contexto em que foi investigado.

Figueiredo & Souza (2008) argumentam que o “método é o caminho a ser percorrido, passo a passo, do início ao fim, por fases ou etapas”. Os autores ainda complementam ao dizer que “o método dedutivo parte do geral para o particular, isto é, através de uma cadeia de raciocínio descendente com base em teorias ou leis, chega-se a uma conclusão”.

A pesquisa utilizou-se de dados primários e secundários. Os dados primários foram obtidos por meio dos questionários aplicados na pesquisa de campo que para Fonseca (2008.p, 109), “A pesquisa de campo utiliza técnicas específicas, que tem o objetivo de recolher e registrar de maneira ordenada, os dados sobre o assunto em estudo [...]”. Em relação aos dados secundários foram extraídos de outras fontes bibliográficas: como livros, internet, relatórios entre outros, os quais foram essenciais para ampliar e acentuar o conhecimento e ajudar na coleta de dados significativos para a pesquisa.

A partir da afirmativa acima citada buscou-se por meio da aplicação de questionários (**Apêndice A**) conhecerem a realidade vivenciada pelos alunos com necessidades educacionais especiais na sala de aula da escola da rede municipal de Tabatinga Professora Jociêdes Andrades, bem como diagnosticar se é dada a devida atenção a eles e como isso contribui para o desenvolvimento desses alunos.

De acordo com Marconi e Lakatos (2010, ps.184 e 186) o “questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”. As autoras ainda advogam que “o questionário deve ser limitado em extensão e em finalidade. Se for muito longo, causa fadiga e desinteresse; se curto demais, corre o risco de não oferecer suficientes informações”.

Com o intuito de conhecer a realidade atual dos alunos com necessidades educacionais especiais, enfocando a escola da rede regular de ensino do município de Tabatinga Professora Jociêdes Andrade (**Anexo A**), foi realizada uma pesquisa de natureza descritiva exploratória, visto que descreve e explica a relação entre os alunos com necessidades educacionais especiais com os demais colegas e o professor na sala de aula.

A aplicação do questionário foi realizada para duas diferentes categorias: I - Professores que ministram aulas para alunos com necessidades educacionais especiais; e II - Apoio pedagógico. Vale ressaltar que é importante a escola como um todo trabalhar em prol de prover uma melhor atenção aos seus alunos que possuem necessidades educacionais especiais, pois muitas vezes a responsabilidade fica somente sobre o professor.

Utilizou ainda, das técnicas de observação no local da pesquisa mais precisamente na sala do 2º ano “B” do ensino fundamental do turno matutino com faixa etária de 06 a 07 anos. Tal observação foi necessária para verificar de forma

mais direta e precisa, possíveis problemáticas nesse contexto da sala de aula, desse modo Fonseca (2008) afirma que “o pesquisador deve obter seus dados diretamente através de suas próprias observações dos fenômenos e deve perceber o que é significativo para o seu propósito, ou seja, para a sua pesquisa”. (p. 109).

Portanto buscou-se através da pesquisa relatar de forma bastante fidedigna, como se dá o processo de inclusão desses alunos com necessidades educacionais especiais no contexto escolar em que elas estão inseridas.

### CAPITULO III – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo serão abordados os resultados dos dados coletados durante a realização da pesquisa de campo, que consistiu na observação dentro do contexto da sala de aula com o objetivo de investigar a atenção dada aos alunos com necessidades educacionais especiais por parte dos professores e a relação entre o professor, o aluno com necessidades educacionais especiais e os demais colegas da turma, e se de fato esses alunos realizam as mesmas atividades desenvolvidas em sala de aula.

Uma vez que se entende que o aluno está incluído no contexto educacional, e o mesmo está participando ativamente de todas as atividades que estiverem sendo aplicadas em sala de aula na qual ele está inserido. Nesse sentido Sasaki diz que:

Portanto, é imprescindível dominarmos bem os conceitos inclusivos para que possamos ser participantes ativos na construção de uma sociedade que seja realmente para todas as pessoas, independentemente de sua cor, idade, gênero, tipo de deficiência e qualquer outro atributo pessoal (1997, p.27).

Para chegar aos resultados alcançados na pesquisa foi necessário também à aplicação de questionários que foram distribuídos para quatro (4) professoras do ensino fundamental e um (1) apoio pedagógico da escola municipal Professora Jociêdes Andrade, contendo cinco (5) questões abertas em cada questionário, onde os mesmos puderam descrever um pouco a respeito da visão de cada um em relação ao atendimento que está sendo oferecido aos seus alunos com necessidades educacionais especiais.

Neste momento optou - se por chamar os professores que participaram da pesquisa de professoras A, B, C e D para que dessa forma pudéssemos manter suas identidades preservadas de forma a não causar possíveis constrangimentos aos mesmos.

A primeira questão consiste na seguinte pergunta: **Como acontece a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no contexto ensino aprendizagem?** Obtivemos as seguintes respostas dos professores:

*Professora A – Boa, porque antes da chegada da aluna com deficiência, conversei bastante sobre ela, expliquei que ela era igual a eles, mas com necessidades especiais e o carinho que ela precisaria eles poderiam dar a ela. Então não teve nenhum problema na chegada dela, e todos interagem perfeitamente com ela.*

*Professora B - Pra início a escola abrindo as portas para o aluno com necessidades educacionais especiais já acontece à integração.*

*Professora C – Um complemento para eles com atividades adaptadas ao conteúdo da turma e a socialização.*

*Professora D – Os alunos estão inseridos nas salas comuns e recebem acompanhamento educacional.*

*Apoio pedagógico – É importante afirmar que pela lei a cada aluno com necessidades especiais em uma sala de aula, temos cinco a menos nessas salas. Nossos professores, mais de 90% não são preparados ou não tem formação para atender essas crianças, mesmo assim eles procuram meio de atender esses alunos.*

A partir das respostas das professoras a respeito da questão acima formulada, observou-se que algumas não compreenderam muito bem o sentido da pergunta feita as mesmas, pois, acabaram saindo um pouco do contexto a qual estava referindo-se a pergunta, porém, outros responderam razoavelmente a questão. O que se pode perceber que o sentido de inclusão ainda não está bem claro para muitos dos professores que atuam na rede regular de ensino e que recebem alunos com necessidades educacionais em suas turmas.

A resposta do apoio pedagógico foi importante quando diz que, pela lei a cada 1 aluno com necessidades especiais em uma sala de aula, temos cinco a menos nessas salas. Isso mostra que ele entende um pouco a respeito da legislação vigente que aborda sobre esse assunto. Porém, isso não é o suficiente para resolver o problema. Ele foi muito sincero em afirmar que os professores da escola, mais de 90% não são preparados ou não tem formação para atender essas crianças, mesmo assim eles procuram fazer o melhor no atendimento a esses alunos.

Através das respostas obtidas ficou claro que tais professores não estão preparados para atuar dentro desse contexto, uma vez que se entende que para realizar esse tipo de trabalho é necessário no mínimo que o professor conheça de fato o significado de inclusão, escolar para que o mesmo possa ter um direcionamento de suas atividades que se pretende desenvolver dentro da sala de aula com seus alunos de forma a realizar um bom trabalho onde todos os alunos

estejam incluídos ativamente, tendo em vista o desenvolvimento dos mesmos. Como afirma Rodrigues:

O sistema educacional encontra-se em processo de intensa transformação: a escola mudou, os estudantes mudaram, as comunidades exigem mais participação e a professora deve estar preparada para enfrentar o novo cenário educacional. Contudo, ainda não exista clareza sobre o que é necessário para este preparo, qual é sua essência e seu fundamento. (RODRIGUES, 2006, p. 230)

Por esse motivo é que o professor deve estar atento as mudanças que vão acontecendo no âmbito educacional para que dessa forma possa está atualizado a respeito das novas exigências para assim acompanhar e atender a novas demandas.

Durante o período de observação dentro de sala de aula observou-se que os alunos convivem muito bem com a colega com deficiência, pois, todos tem um bom relacionamento com ela, apesar do pouco tempo de convivência ela já conhece todos os colegas os chama pelos seus respectivos nomes. Foi possível constatar que as crianças conseguem lidar melhor com as diferenças do outro, e que o preconceito na verdade, na grande maioria parte dos adultos e não das crianças em relação aos demais.

A segunda pergunta dirigida aos professores foi a seguinte: **Na sua concepção esses alunos recebem subsídios para seu desenvolvimento e convívio social?** Através da qual obtivemos as seguintes respostas:

*Professora A – Não.*

*Professora B – Sim, pouco mais recebem, como um prédio para atendê-los, escolas que os recebe e outros.*

*Professora C – Sim.*

*Professora D – Sim, com o empenho dos professores das salas comuns e o acolhimento dos colegas o convívio social torna-se agradável e natural.*

*Apoio pedagógico – Sim, com ajuda do centro educacional que atendem esses alunos.*

Da mesma forma que na primeira questão, as respostas da maioria dos professores que participaram da pesquisa não foram satisfatórias, a professora C respondeu afirmativamente, porem não soube esclarecer de que forma isso acontece ou quais seriam esses subsídios ofertados os quais ele afirmou serem

oferecidos aos referidos alunos. O que deixa claro a falta de conhecimento daquilo que se está propondo realizar através da inclusão.

Portanto é possível afirmar que os alunos com necessidades educacionais especiais não recebem subsídio algum por parte dos professores e demais agentes envolvidos no contexto educacional no sentido de ajuda-los a desenvolver suas potencialidades e a conviver socialmente com as demais pessoas, pois os professores não estão sabendo como conduzir esse processo ou como lidar ante dessa situação. Isso fica claro na resposta da professora B quando diz que o simples fato da escola regular receber esse aluno já é o bastante para considera-lo incluído no processo educativo.

No entanto se sabe que essa questão vai muito além do simples fato de receber o aluno com necessidades educacionais especiais na sala de aula comum de ensino regular, como afirma Stainback (1999, p.30).

As pessoas com deficiência necessitam de instruções, de instrumentos, de técnicas e de equipamentos especializados. Todo este apoio para alunos e professores deve ser integrado - e associado - a uma reestruturação das escolas e das classes. Os apoios devem ser centrais e não periféricos, à educação regular. Dessa maneira, aos benefícios do ensino inclusivo podem atingir todos os alunos, professores e a sociedade em geral.

Nesse contexto a prática se mostrou mais uma vez bastante diferente da teoria, uma vez que essas questões acima citadas não estão sendo observadas ou postas em prática como deveria ser de fato utilizadas. Quanto a observação em sala de aula, não foi percebido por parte da professora titular da turma nenhum esforço ou interesse em fazer com que a aluna acompanhasse de alguma forma o conteúdo que estava sendo ministrado por ela durante a aula , para que a mesma pudesse obter algum aprendizado a respeito do tema abordado no momento, a criança fica no canto da sala acompanhada de sua cuidadora realizando outras atividades paralelas.

Em uma conversa informal a professora relatou que tanto a escola quanto a coordenação de educação especial e o Centro Integrado de Educação Especial e Inclusiva, não oferecem nenhum apoio, ela disse que os profissionais do centro somente vêm à escola periodicamente para verificar se a criança apresentou algum avanço na aprendizagem, porém não disponibiliza orientações ou contribuições de como deve proceder para favorecer no aprendizado do aluno.

A cuidadora relatou que ainda não tinha preparado seu material pedagógico para trabalhar com a aluna, as atividades realizadas com ela eram de reconhecer as formas geométricas e também as letras do alfabeto em EVA e colagem, atividades essas que esses alunos já fazem no contra turno, no Centro Integrado de Educação Especial e Inclusiva, a mesma relatou ainda que não existem profissionais capacitados no município para desenvolver o trabalho com pessoas com deficiência visual, ela busca através de pesquisa na internet e livros atividades que possam ajudar no seu trabalho e despertar o interesse de modo que a aluna consiga fazer os trabalhos que ela prepara para ser desenvolvidos pela aluna durante as aulas.

A terceira questão consistiu em perguntar aos professores: **Conforme sua experiência quais os principais problemas que você enfrenta no contexto educacional especial?** E para o apoio pedagógico perguntou-se, **Conforme sua experiência quais as principais problemáticas enfrentadas no contexto educacional especial?**

*Professora A – Falta de capacitação, porque o aluno é “deixado” na sala, não somos treinadas para fazer o certo para esse aluno. Então só nos resta tentar fazer o melhor, pesquisando, buscando informações para ajudar da melhor maneira, essa pessoa que precisa se sentir realmente incluída na sala de aula.*

*Professora B – Além da estrutura das escolas, materiais apropriados para o aluno com necessidades educacionais especiais.*

*Professora C – De materiais para que se faça um trabalho adequado.*

*Professora D – Os grandes desafios no ambiente escolar referem-se ao grande número de alunos em sala de aula, pois dificulta o trabalho do professor que poderia dar melhor atenção a estes alunos.*

*Apoio pedagógico – A falta de capacitações para os professores.*

De acordo com as respostas obtidas das professoras nesta questão, as dificuldades são diversas, desde a falta de estrutura adequada nas escolas, falta de material pedagógico entre outras, uma vez que foi observado que a escola não está bem preparada para receber alunos cadeirantes, por exemplo, devido não ter acesso facilitado à quadra, sendo assim, ficaria impedido de participar das atividades físicas ou recreativas juntamente com os demais colegas, a escola também não dispõe de uma sala de recursos, ludoteca ou algo nesse sentido, que tenha materiais pedagógicos adequados próprios para oferecer um acompanhamento educacional para os alunos com dificuldade.

Outro ponto observado são os problemas familiares devido a separação dos pais e brigas judiciais, acabam levando esses problemas para a escola, a criança já tem necessidades educacionais especiais fica com o seu emocional totalmente abalado e isso reflete diretamente no comportamento do aluno que ainda não aprendeu a lidar com essa situação, fica agitada não querendo fazer as tarefas. A professora também acaba não sabendo como proceder corretamente com o aluno que esteja passando por esse tipo de problema na família, e isso só agrava cada vez mais as dificuldades de aprendizagem do mesmo.

A professora D respondeu que um dos grandes desafios encontrados no ambiente escolar é o fato de existir um grande número de alunos em sala de aula dificultando assim o trabalho do professor que poderia dar mais atenção aos alunos com deficiência, o que poderia ser possível se estivesse um número menor de alunos para disputar sua atenção.

O apoio pedagógico e a professora A responderam que uma das maiores dificuldades enfrentadas é a falta de capacitação dos professores. Todas essas questões de fato dificultam a realização de um atendimento adequado que venha a favorecer o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais, isso acabam interferindo bastante no bom andamento das atividades desenvolvidas em sala de aula. Conforme consta nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica:

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, em classes comuns, exige que a escola regular se organize de forma a oferecer possibilidades objetivas de aprendizagem, a todos os alunos, especialmente aqueles portadores de deficiências.

Esses dispositivos legais e político-filosóficos possibilitam estabelecer o horizonte das políticas educacionais, de modo que se assegure a igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade no processo educativo. Nesse sentido, tais dispositivos devem converter-se em um compromisso ético-político de todos, nas diferentes esferas de poder, e em responsabilidades bem definidas para sua operacionalização na realidade escolar. (MEC; SEESP, 2001.p. 19).

Conforme as repostas que foram obtidas no que se refere ao trabalho realizado na escola é necessário que se faça uma capacitação da comunidade escolar tendo em vista o melhoramento das formas de atendimento e realização do trabalho com esse público, uma vez que ficou bastante evidente na fala das professoras e do apoio pedagógico que essa questão é uma das tantas que ainda precisam ser bastante discutida com toda a comunidade escolar envolvida nesse

contexto que ainda atuam em contrições inadequadas de trabalho, com o objetivo de trazer mudanças a essa triste realidade.

A quarta questão consiste em perguntar: **Na escola existe avanços no processo de desenvolvimento das técnicas para o trabalho com a educação especial?** As professoras e o apoio pedagógico responderam que:

*Professora A – Não, porque acho que deveria haver um maior investimento nos professores titulares e auxiliares, como capacitações, seminários...*

*Professora B – Sim, buscamos através de pesquisas para a elaboração de materiais didáticos para trabalhar com o aluno.*

*Professora C – Não*

*Professora D – Sim*

*Apoio pedagógico – Procuramos atender o melhor possível.*

Quando questionados a respeito das técnicas utilizadas pelos professores com alunos com necessidades educacionais especiais em sala de aula comum do ensino regular, a maioria dos professores responderam categoricamente que a escola não dispõe de novas técnicas para o desenvolvimento do trabalho com esses alunos, essa é uma dura realidade que dificulta e de alguma forma acaba impossibilitando a realização de aulas diferenciadas bastante proveitosas que possam facilitar o desenvolvimento da aprendizagem de seus alunos.

A professora A respondeu que a carência de novas técnicas esta relacionada a falta de orientação e preparo dos professores, e na ausência de investimentos por parte do governo em promover capacitações, seminários que abordem a respeito dessas questões, visando um melhor direcionamento e preparo desses profissionais. Nesse sentido pode-se declarar que:

[...]. Sob a égide da inclusão, os limites de uma pessoa com deficiência estão na sociedade e não na deficiência do indivíduo. Ao se entender isso verifica-se que um aluno com deficiência pode não aprender, não por sua incapacidade de aprender, mas pela incapacidade de a escola o ensinar, respeitando o direito ao modo e tempo de aprendizagem individual do aluno. (MARTINS, 2006, p. 57).

De acordo com a citação acima, é papel da escola buscar direcionar melhor os professores quanto a metodologia utilizada no trabalho com alunos com deficiência que seja capaz de alcançar bons resultados no processo de ensino e aprendizagem dos mesmos.

Quanto a observação realizada durante as aulas verificou-se realmente que não há nenhum procedimento diferenciado por parte da professora da sala com relação a compreensão do assunto trabalhado para a aluna com necessidades educacionais especiais, a mesma segue normalmente seu planejamento e rotina de aula para os demais alunos, e não modifica em nada a aula para envolver a aluna que fica impossibilitada de acompanhar o conteúdo e conseqüentemente não obterá aprendizado com relação a aula ministrada.

A professora é muito atenciosa com todos os alunos, trata-os com respeito, os chama pelos seus respectivos nomes e não permite discriminação dos alunos com relação aos colegas, é muito carinhosa com todos, mas segundo ela relatou não saber como trabalhar com a aluna com necessidades educacionais especiais de forma que ela consiga realmente acompanhar aos conteúdos aplicados nas aulas.

A quinta questão aos participantes da pesquisa, indagou-se a respeito de: **Como a comunidade escolar norteia as ações educacionais voltadas para a educação especial baseada na legislação atual?** As respostas foram diversas como:

*Professora A – Acho que somente aceitando os alunos, na escola porque a lei “manda”, não como deveria ser, ou melhor, como deveria funcionar a inclusão.*

*Professora B – De forma que a comunidade escolar possa por em prática tudo que esta na legislação mesmo que seja a passos longos.*

*Professora C – Tentar desenvolver o melhor para a aprendizagem desses educandos.*

*Professora D – Acolhendo-os e respeitando-os na sua integralidade. Porém, ainda são muitos os desafios que precisam ser discutidos não só no contexto escolar, mas principalmente enquanto gestão pública.*

*Apoio pedagógico – A própria escola procura meios, através de sua infraestrutura para atender essas crianças.*

Não foi possível observar se a escola de alguma forma orienta seus professores quanto à legislação em vigor para o atendimento a esse público. Considerando as respostas obtidas das professoras e apoio pedagógico, a escola busca fazer o melhor na realização do seu trabalho, porém, para que esse trabalho venha ser desempenhado da forma mais adequada, é preciso muito mais que o simples fato de receber esses alunos na escola. É necessário muito mais do que mantê-los um determinado período de tempo todos os dias dentro de uma sala de

aula comum por causa da determinação da lei, como afirmou à professora A em sua resposta.

É preciso que se tenha todo um cuidado e responsabilidade com o desenvolvimento e aprendizado dos mesmos e envolvimento de toda a comunidade escolar, buscando parceria mais consistente com o Centro Integrado de Educação Especial e Inclusiva com profissionais realmente qualificados para que assim possa haver de fato a inclusão:

A inclusão é percebida como uma responsabilidade coletiva da comunidade escolar, [...]. Assim, nenhum profissional de ensino pode ser excluído de ser capacitado para a inclusão. Todos tem muito que aprender sobre ela. (MARTINS, 2006, p. 20).

Embora ainda sejam muitos os desafios que precisam ser discutidos ou vencidos, para que haja alguma mudança dentro desse contexto educacional, de acordo com a resposta da professora D é necessário dar o primeiro passo, começando por acolhê-los e respeitá-los na sua integralidade. É preciso ainda a valorização do potencial de cada aluno, naquilo que ele gosta de fazer para que o mesmo sintá-se motivado a comparecer mais as aulas, a participar cada vez mais e conseqüentemente aprendendo e se desenvolvendo melhor.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos mostram que os alunos com necessidades educacionais especiais ao ingressar na escola regular a nível nacional tem enfrentado muita dificuldade em acompanhar os conteúdos de ensino em relação ao ritmo dos demais alunos ditos “normais”, o que pode caracterizar dificuldade no desenvolvimento dos mesmos. Por essa razão, acabam sofrendo preconceito, até mesmo por parte dos professores que na maioria não tiveram um preparo adequado para lidar com esse aluno com necessidades educacionais especiais dentro do ambiente de sala de aula, entre outras questões que requer do professor um posicionamento adequado de forma a inibir qualquer tipo de comentário ou ações preconceituosas.

A pesquisa mostrou que os alunos com necessidades especiais na sua grande maioria não sofrem preconceito por parte dos colegas da turma na qual eles estão inseridos com relação a sua deficiência e sim por parte de alguns dos professores por não saber como conduzir esse aluno quanto ao desenvolvimento da aprendizagem. Mostrou ainda, que os professores titulares das classes comuns, da escola pesquisada, que recebem esses alunos não estão ou não se consideram preparados para o trabalho com esse publico, como ficou bastante claro nas respostas obtidas através da aplicação dos questionários.

Não foi notado interesse por parte dos professores em fazer modificações necessárias ou adaptações as suas aulas de modo que o aluno com necessidades pudesse acompanhar e ter um desenvolvimento satisfatório, pois, consideram que o problema esta no aluno que não aprende e não consegue acompanhar o assunto e não em sua metodologia adotada e, portanto, não é responsabilidade sua.

E quanto aos métodos aplicados pelos professores, estão muito longe que atender satisfatoriamente as necessidades dos alunos com necessidades educacionais especiais, pois, não buscam envolve-los de modo a compreender a temática estudada. A partir disso ficou evidente que a escola não está bem estruturada e principalmente organizada para responder a esta demanda especial de modo que não oferecem subsídios para que os professores possam desenvolver um bom trabalho com relação a esses alunos.

Diante disso é possível afirmar que há muito a ser feito para que de fato o direito das pessoas com necessidades educacionais especiais venham ser efetivados dentro do contexto educacional. É preciso que a comunidade escolar

assuma sua responsabilidade quanto a essas questões, que busquem se preparar para oferecer aos alunos um atendimento de qualidade que possa envolver a todos e que o aluno com necessidades educacionais possa sentir-se realmente parte ativa no seu processo de desenvolvimento e aprendizagem educacional.

A bibliografia consultada para o embasamento da pesquisa foi de fundamental importância, me levou a conhecer diversos conceitos e a compreender um pouco mais sobre inclusão. Tal pesquisa possibilitou entrar em um universo antes desconhecido levando a refletir e a ter um olhar mais carinhoso com relação a essas crianças quanto ao ensino e aprendizagem, que tanto sofrem com suas limitações e necessitam de ajuda para ter suas necessidades supridas.

Portanto podemos afirmar que, para que a inclusão seja de fato consolidada, é necessário que toda a comunidade escolar tenha mais comprometimento com a educação desses alunos e dedique tempo para ir em busca de conhecer novas técnicas que contribuam nesse processo. Pois existem inúmeras informações atualizadas que podem ser encontradas na internet em sites que disponibilizam sugestões e ideias para se desenvolver bons trabalhos com esse público, fazendo com que o aluno se sinta valorizado em fazer parte de determinada turma e queira participar cada vez mais das aulas. Tudo isso respeitando as limitações de cada aluno e não perder tempo tentando apontar culpados para o problema, mais sim buscar meios para mudar essa dura realidade que afeta de forma bastante direta uma grande parcela da população.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE Joelise Mascarello de. et al. **Teoria e Prática da Educação Especial**. Manaus: UEA Edições, 2007.

BRASIL. **Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica/ Secretaria de Educação Especial**. MEC; SEESP, 2001.

DESLAMDER, Suely Ferreira. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade/** Suely Ferreira Deslandes, Otávio Cruz Neto, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora) – Petropolis, RJ: Vozes 1994.

FIGUEIREDO, Antônio Macena de; SOUZA, Soraia Riva Goudinho de. **Como elaborar Projetos, Monografias, Dissertações e Teses: da redação científica à apresentação do texto final**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juis, 2008.

FONSECA, Vitor da. **Educação Especial: Programa de estimulação precoce- uma introdução as ideias de Feuerstein-** 2 ed. ver. Aumentada-Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995.

FONSECA, Luiz Almir Menezes Fonseca. **Metodologia Científica ao alcance de todos**. /Luiz Almir Menezes Fonseca. 3. Edição. Manaus: Editora Valer, 2008.

GLAT, Rosana (Org). **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. 2.ed. Rio de Janeiro:7 letras, 2009.

GÓES, Claudete Alves. **Histórico da Educação Especial no município de Tabatinga**. Tabatinga/ AM, 2016.

LÚCIA, de Araújo Ramos Martins. **Inclusão: compartilhando saberes**– [ et al.] organizadores.- Petrópolis, RJ : Vozes, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos/** Maria Teresa Eglér Mantoan, Rosângela Gavioli Prieto; Valéria Amorim Arantes, organizadora. – São Paulo: Summus, 2006. – (pontos e contrapontos).

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PEREIRA, Aline Grazielle Santos Soares; SANTANA, Crislayne Lima; SANTANA Cristiano Lima. **A Educação Especial no Brasil: Acontecimentos Históricos**, Disponível em: <<http://geces.com.br/simposio/anais/anais-2012/Anais-010-021.pdf>>. Acesso em: 23 de Novembro de 2015.

**PLANO DE AÇÃO DIDÁTICO E PEDEAGÓGICO**. Escola Municipal Professora Jociêdes Andrade. Tabatinga / AM, 2016.

- PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2.ed. Novo Hamburgo - Rio Grande do Sul – Brasil, 2013.
- RODRIGUES, David. **Inclusão Educação: Doze olhares sobre a Educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.
- SASSAKI, Romeu Kazumi, 1938- **Inclusão./ Construindo uma sociedade para todos** Romeu Kazumi Sasaki.- Rio de Janeiro: WVA,1997.
- SILVA, Almir Liberato da. **Pesquisa e Prática pedagógica I**. Manaus: UEA/PROFORMAR, 2005.
- SILVA, Shirley; Vizim, Marli. **Educação especial: múltiplas leituras e diferentes significados**. Campinas-SP: Mercado de letras: Associação de leitura do Brasil/ALB, 2001.
- STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. **Inclusão: um guia para educadores**; trad. Magda França Lopes - Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- TREVISAN, Patrícia Fantinel; CARREGARI, Júlio. **Construindo conhecimento em educação especial**. 2 ed. Manaus: editora Valer, 2011.